



Portal de Legislação do Município de Quatro Irmãos / RS

**LEI MUNICIPAL Nº 1.346, DE 09/02/2022**

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE QUATRO IRMÃOS/RS - CMDM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*GIOVAN POGANSKI, Prefeito Municipal de Quatro Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, órgão consultivo e deliberativo, que tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

**Art. 2º** Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo e do Executivo municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

- I** - prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias referentes aos Direitos da Mulher e promoção da igualdade entre os gêneros;
- II** - estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;
- III** - propor ao Executivo municipal a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a execução de programas relacionados às políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;
- IV** - propor projetos que incentivem a participação da mulher nos setores econômico, social e cultural, criando instrumentos que permitam a organização e a mobilização feminina, garantindo à mulher o pleno exercício de sua cidadania;
- VI** - deliberar sobre a realização de pesquisas e estudos sobre as mulheres, construindo acervos e propondo políticas públicas para o empoderamento, com vistas à divulgação da situação da mulher nos diversos setores.
- VII** - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher;
- VIII** - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres;

**Art. 3º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 8 (oito) membros, abaixo relacionados:

- I** - 4 (quatro) representantes da administração pública municipal, sendo:
    - a)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
    - b)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Educação;
    - c)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
    - d)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal da Administração.
  - II** - 4 (quatro) representantes da sociedade civil organizada, sendo:
    - a)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da ASCAR/EMATER;
    - b)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Bairro do Trabalhador;
    - c)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do CONSEPRO - Conselho comunitário pró Segurança Pública;
    - d)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Comunidade São João Batista.
- § 1º A eleição das entidades representativas da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher dar-se-á em assembleia própria das entidades descritas no inciso II.
- § 2º A Presidência, Vice-Presidência e Secretaria-Geral do Conselho será eleita por maioria, devendo haver alternância do cargo entre conselheiros representantes de órgãos governamentais e conselheiros representantes da sociedade civil organizada.
- § 3º Caberá às entidades da sociedade civil organizada a indicação de seus membros titulares e suplentes, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da eleição, para a devida nomeação pelo Prefeito Municipal.
- § 4º O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na substituição da entidade da sociedade civil organizada.
- § 5º Os membros das entidades da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) reeleição e não poderão ser destituídos salvo por razões que motivem a deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, assegurada a ampla defesa.
- § 6º Os membros representantes do Poder Público poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a 4 (quatro) anos seguidos.
- § 7º A função de conselheiro será considerada de caráter público relevante e exercida gratuitamente.

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem a seguinte estrutura:

- I** - Plenário.
- II** - Diretoria:
  - a)** presidência;
  - b)** vice-presidência;
  - c)** secretária-geral.
- III** - Comissões Temáticas

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher disporá de uma Secretaria Executiva, órgão de apoio e suporte administrativo do Plenário, da Diretoria e das Comissões Temáticas, formada por servidores disponibilizadas pelo Executivo Municipal.

**Art. 5º** A abrangência da organização e do funcionamento do CMDM será estabelecida pelo Regimento Interno que poderá complementar as competências e atribuições definidas nesta Lei.

**Art. 6º** As despesas com a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM e com a execução das suas atividades correrão por conta da Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando instituída a dotação orçamentária dentro deste órgão para financiar as atividades do CMDM.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Irmãos, 09 de fevereiro de 2022.*

GIOVAN POGANSKI  
Prefeito Municipal

*Registre-se e Publique-se*  
*Na data supra*

*Vantuir de Oliveira*  
*Secretário Municipal de Administração*